

EXMO.SR. PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA
CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ, ESTADO DE GOIÁS.

Processo Administrativo SIGEP Nº 483/2019

Assunto: Adiamento de Audiência de Instrução

Câmara Municipal de Jataí - GO



PROTOCOLO GERAL 882/2019
Data: 07/11/2019 - Horário: 16:49
Administrativo - ST 10/2019

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ, devidamente qualificados nos autos do processo em referência, em nome próprio, vem, com o devido respeito e acatamento, pela presente, em tempo hábil, com fundamento no artigo 362 do Código de Processo Civil e demais legislação aplicável à espécie, requerer o **ADIAMENTO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO**, designada para o dia 08/11/2019, às 9:00 horas no Plenário da Câmara Municipal de Jataí, ancorado nas seguintes razões de fato e de direito, que se segue.

CONSIDERANDO, que foi publicado no Diário Oficial do Município de Jataí, Edital de Intimação no dia 31/10/2019, para apresentação da defesa prévia e rol de testemunhas, no prazo legal, nos termos do art. 20 da Resolução n.12/09;

CONSIDERANDO, que foi publicado o 2º Edital de Intimação, no dia 1º/11/2019, para realização de audiência e instrução, para apresentação da defesa prévia e rol de testemunhas, no prazo legal, nos termos do art.20 da Resolução n.12/09;

CONSIDERANDO, que o prazo para apresentação da defesa prévia, encerrar-se-á no dia 8/11/2019, às 17:00hs em horário de expediente da Câmara Municipal de Jataí;

CONSIDERANDO, que a audiência de instrução designada para o dia 8/11/2019, coincide com a mesma data de apresentação da defesa prévia;

CONSIDERANDO, que este Conselho de Ética, através de seus membros, ainda, não tomou conhecimento acerca do inteiro teor da defesa prévia e do rol de testemunhas arroladas pelo representado, uma vez que o prazo encerrar-se-á, em horário posterior à realização da sessão de instrução marcada às 9:00 horas no Plenário desta Câmara;

CONSIDERANDO, que a audiência de instrução marcada em horário anterior à apresentação da defesa prévia, conflita com as normas do art.20 da Resolução n.12/09;

CONSIDERANDO, que é totalmente incompatível, a realização da audiência de instrução, sem a apresentação da defesa prévia e do rol de testemunhas, por parte deste Conselho;

CONSIDERANDO, que a audiência de instrução a ser realizada concomitantemente com a defesa prévia, viola o devido processo legal;

CONSIDERANDO, que a audiência de instrução, viola a Lei federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que estabelece normas básicas sobre o processo administrativo;

CONSIDERANDO, que nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de atuação conforme a lei e o Direito; atendimento a fins de interesse geral; objetividade no atendimento do interesse público; atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé; adequação entre meios e fins;

CONSIDERANDO, que foi arrolada como testemunha a Deputada Federal **FLÁVIA CARREIRO ALBUQUERQUE MORAIS**, a qual de acordo com as prescrições legais insertas no artigo 454, inciso VI, do Código de Processo Civil, em face de sua função, deverá ser inquirida em sua residência ou onde exerce a sua função, à Praça dos Três Poderes – Brasília-DF, Gabinete 738, Anexo IV, Câmara dos Deputados;

CONSIDERANDO finalmente, que o indeferimento do pedido de adiamento da audiência de instrução, caracteriza cerceamento de defesa, por inobservância do devido processo legal, que poderá ser questionado junto ao Poder Judiciário, para a garantia do contraditório e a ampla defesa.

DIANTE DO EXPOSTO, requer a Vossa Excelência, seja deferido o pedido de adiamento da audiência de instrução designada para o dia 8-11-2019, às 9:00 horas a ser realizada no Plenário da Câmara Municipal de Jataí.

Requer, seja inquirida a testemunha FLÁVIA CARREIRO ALBUQUERQUE MORAIS, de acordo com as prescrições legais insertas no artigo 454, inciso VI, do Código de Processo Civil, em face de sua função, deverá ser inquirida em sua residência ou onde exerce a sua função, no caso, na Praça dos Três Poderes – Brasília-DF, Gabinete 738, Anexo IV, Câmara dos Deputados;

Requer finalmente, o pedido de adiamento, submetido à Procuradoria Geral desta Câmara Municipal de Jataí, para, que a mesma se manifeste por escrito mediante Parecer Jurídico.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Jataí, 07 de novembro de 2019.


Marcos Antônio Ferreira da Luz

Representado